



# Covid-19: Impactos e Repercussões Econômicas no Agreste Pernambucano

Gustavo Guilherme Lima da Silva (Graduando em Economia CAA/UFPE)<sup>1</sup>  
João Carlos Ferreira Marcelino (Graduando em Economia CAA/UFPE)<sup>2</sup>  
Sonia Rebouças da Silva Melo (Doutora em Economia. Professora Associada no NG/CAA/UFPE)<sup>3</sup>

A pandemia de Covid-19 agravou a crise econômica que já vinha dando sinais no mundo. A chegada dessa nova crise é muito mais grave no Brasil porque a economia do país, além de não ter se recuperado da expressiva recessão ocorrida entre os anos de 2015 e 2017, apresentou apenas sinais inexpressivos de recuperação nos anos de 2018 e 2019. Como resultado, os indicadores socioeconômicos que já estava em forte declínio, sofrem os efeitos negativos da crise de Covid-19. Tais implicações são observados logo no primeiro ano, em 2020 (Mattei, e Heinen, 2020).

Em 11 de março de 2020, a OMS declarou o surto do novo coronavírus como uma pandemia global (Cucinotta e Vanelli, 2020). Para conter o avanço pandêmico, diversas medidas de contenção foram tomadas pelos entes nacionais e entidades privadas. Para estimular o isolamento social e combater a infecção, estabeleceu-se medidas restritivas tais como: restrições de viagens, fechamento de escolas e comércio e restrição a atividades produtivas. E, nos casos mais extremos, estabeleceu-se a medida de lockdowns com extrema restrição à movimentação da população. “Essas medidas, juntos com a mortalidade e morbidade da pandemia em si, claramente grande na economia como um todo, e, mais particularmente, no mercado de trabalho” (Russo e Corseuil, 2021, p. 1).

A finalidade deste artigo é divulgar informações sobre a dinâmica do emprego formal no estado de Pernambuco e na Região do Agreste Pernambucano, após os impactos provenientes da COVID-19. Para melhor compreendermos a dimensão das consequências imediatas no número de empregos no mercado formal, apresentaremos dados relativos ao desempenho do mercado formal de trabalho no ano de 2019 e de 2020 extraídos do Ministério do Trabalho e Previdência.

---

<sup>1</sup>gustavo.guilherme@ufpe.br

<sup>2</sup>joao.marcelino@ufpe.br

<sup>3</sup>sonia.rsilva@ufpe.br



De modo geral, em virtude da rápida propagação do vírus, os governantes adotaram a política do fique em casa, para tentar conter o avanço da doença. De acordo com o Ministério da Saúde, no Brasil, as pessoas deveriam evitar sair de casa, além de evitar qualquer tipo de contato físico com outras pessoas, para reduzir o exponencial de casos, o que poderia gerar maior colapso na saúde pública (BRASIL/Ministério da Saúde, 2020). As medidas implementadas de isolamento social para o controle do contágio do novo coronavírus restringiram prontamente a circulação de trabalhadores e consumidores, o que comprometeu tanto a demanda por produtos quanto a oferta de trabalho.

O setor produtivo brasileiro sofreu impactos negativos. Com isso, reconheceu a necessidade de reavaliar seus processos de produção visando implementar métodos mais seguros e eficientes com o auxílio de tecnologias, objetivando minimizar os fluxos das interações humanas na cadeia de produção (BRASIL/Ministério da Economia, 2020).

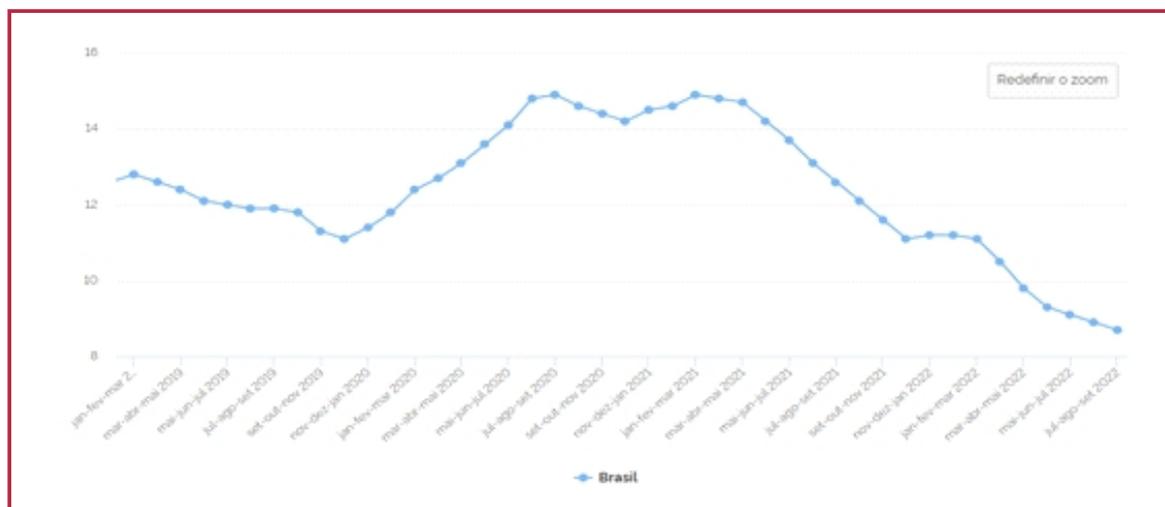
Ao estudar os impactos da pandemia, pode-se notar que os trabalhadores sofreram maior impacto em termos de perda na ocupação de postos de trabalho no Brasil. Pois, o uso da política de distanciamento social, na tentativa de prevenção, gerou efeitos diretos sobre o emprego e renda da população, aumentando as desigualdades sociais e urbanas (Fiocruz, 2020).

Para minimizar o aumento da desigualdade o governo lançou o auxílio emergencial, um benefício financeiro criado para garantir a renda mínima aos brasileiros em situação de vulnerabilidade. O estado tem papel fundamental e deve intervir com o propósito de prestar assistência social para os grupos desfavorecidos (Bittencourt, 2020).

O Brasil apresentou impacto positivo de 2,5% do auxílio emergencial em relação ao PIB nacional, enquanto no estado de Pernambuco, esse percentual foi de 5,5% no PIB estadual. Dessa forma, é possível constatar que o auxílio emergencial foi efetivo para combater a redução dos rendimentos e do consumo (BRASIL/Ministério da Cidadania, 2020).

A pandemia imprimiu uma nova dinâmica à economia brasileira, visto que houve uma redução nos níveis de consumo e, conseqüentemente, desencadeou uma redução nos níveis de emprego. Nesse contexto de contração da atividade produtiva, podemos observar esses efeitos a partir da análise da série histórica do IBGE, por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD-C). Ver Gráfico 1.

**Gráfico 1**  
Taxa de desocupação Jan/2019 – Set/2022



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022).

O Gráfico 1 apresenta o desempenho do nível de desemprego no Brasil, referindo-se a pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Evidencia-se o aumento do volume de desemprego a partir de 2020; período que coincide com o início da Covid-19 no Brasil. Logo, verifica-se uma desaceleração do nível de emprego no cenário nacional em razão do avanço da pandemia, interrompendo a tendência de queda na taxa de desemprego verificada no ano de 2019.

Seguindo a tendência nacional, o Estado de Pernambuco apresentou problemas econômicos em decorrência da necessidade de implantação de políticas restritivas que, invariavelmente, afetaram o desempenho econômico, em especial do setor de comércio e serviços que perfaz 75% do PIB estadual. Esse cenário desafiador, que modificou por completo as expectativas que se tinha do futuro e que deixou consequências que reverberam até os dias atuais, contribuiu diretamente para elevação do desemprego, falência de empreendimentos e exposição da população mais carente a condição de maior vulnerabilidade social.

O levantamento realizado aponta que o estado de Pernambuco foi afetado negativamente pela pandemia do Covid-19. A partir do momento em que o isolamento social passou a vigorar de forma intensa, o comércio e o setor de serviços registraram uma queda em suas receitas, tendo em vista que, devido a política do distanciamento, as atividades consideradas não essenciais tiveram que ser interrompidas, objetivando minimizar o deslocamento da população.

O mercado de trabalho pernambucano apresentou saldo negativo de -4,79% na geração de vagas no ano de 2020 na comparação anual com 2019, indicando uma tendência de desaceleração na geração de empregos do mercado de trabalho formal. Verificou-se também que aumentou o número de pessoas que passaram a obter o sustento a partir da informalidade (BRASIL/ Ministério do Trabalho e Previdência, 2020). Em Pernambuco, a construção civil apresentou a mais expressiva baixa dentre os demais setores formais da economia, totalizando uma queda de -9,45% na geração de empregos. Na região do agreste, registrou-se a perda de quase 20.000 postos de trabalho, sendo os serviços industriais de utilidade pública o mais afetado, representando uma baixa de -33,33%. Além disso, a indústria de transformação foi a menos afetada na região com queda de -1,55%.



O setor de construção civil no Agreste Pernambucano registrou perda de postos de trabalho superior ao Estado, chegando a 26,22%. Chama atenção a significativa participação do município de Caruaru em relação à região do agreste pernambucano. O maior município do agreste em termos populacionais e econômicos seguiu a tendência da região do agreste pernambucano, apresentando maior queda em termos percentuais no setor de serviços industriais de utilidade pública que foi de -40,63%, um pouco acima da média da região no setor.

Após a comparação da performance anual entre o Estado de Pernambuco e a Região do Agreste Pernambucano, verificou-se que enquanto o saldo estadual caiu -4,79%, a região do agreste caiu -7,95%. Ou seja, no que corresponde a geração de emprego a região do agreste apresentou um desempenho abaixo quando comparados com dados do estado. Dessa forma, podemos concluir que, a proporção do número de empregos que a região do agreste pernambucano representa para o estado caiu de 15,31% para 14,80% na comparação anual entre 2019 e 2020.

## Referências

Bittencourt, R. N. Pandemia, isolamento social e colapso global. **Revista Espaço Acadêmico**, 19(221), 168-178, 2020.

BRASIL/Ministério da Cidadania. Cadastro do Programa de Auxílio Emergencial. Disponível em <https://www.gov.br/cidadania/pt-br>. Acesso em 1 nov. 2022.

BRASIL/Ministério da Economia. Governo lança Programa Emergencial de Manutenção do Emprego para enfrentar efeitos econômicos da Covid-19. Brasília, DF: 2020. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/abril/governo-lanca-programaemergencial-de-manutencao-do-emprego-paraenfrentar-efeitos-economicos-da-covid-19>. Acesso em 1 nov. 2022.

BRASIL/Ministério da Saúde. Dados Covid-19. Disponível em <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 1 nov. 2022.

BRASIL/Ministério do Trabalho e Previdência. Base de dados do Estado de Pernambuco. Disponível em <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>. Acesso em 1 nov. 2022.  
Cucinotta, D.; Vanelli, M. A OMS declara a Covid-19 uma pandemia. **Acta biomedica: Atenei Parmensis**, 2020.

IBGE/PNAD/COVID19. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19** | IBGE. 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas>. Acesso em 1 nov. 2022.

Mattei, L.; Heinen, V. L. Impactos da crise da Covid-19 no mercado de trabalho brasileiro. **Revista de Economia Política**, vol. 40, nº 4, p. 647 – 668, outubro-dezembro/2020.

Russo, F. M; Corseuil, C. H. Panorama do trabalho em tempos de Covid-19. **Relatório Técnico do país**. Brasil. Impacto da Pandemia da Covid-19 sobre o Mercado de Trabalho. Organização Internacional do Trabalho. Fevereiro de 2021.



# Influência da Covid-19 nos Crimes Violentos Contra o Patrimônio em Caruaru e na Região do Agreste Pernambucano

Naialy Patrícia Rodrigues (Mestranda em Engenharia da Produção CAA/UFPE)<sup>1</sup>

Italo Cavalcante da Silva Soares (Doutorando em Administração/UFPE e Técnico do NG/CAA/UFPE)<sup>2</sup>

Sueli Menelau (Doutora em Administração. Professora do NG/CAA/UFPE)<sup>3</sup>

O isolamento social ocasionado pela pandemia do coronavírus, responsável pela doença do Covid-19 - decretado no Brasil na segunda quinzena de março de 2020 - induziu a menos estabelecimentos comerciais abertos e a menor circulação de pessoas nos espaços públicos, principalmente na fase mais restrita. Em Pernambuco (PE) esse período de calamidade pública perdurou até 19/04/2022, quando o Decreto Nº 52.630 autorizou o retorno integral das atividades sociais. Repercussões de ordem biomédica e epidemiológica foram, via de regra, as mais evidenciadas, porém, esse cenário impactou a vida social, política, cultural e econômica das pessoas e até 17/11/2022 eram 17.070.529 casos confirmados em PE, com cerca de 2,1% de óbitos (SES, 2022).

Devido a ter afetado diretamente as atividades rotineiras, e conseqüentemente a dinâmica das cidades, as implicações da epidemia também podem ser encontradas na segurança pública. Um dos maiores problemas que aflige governos e população é o aumento da criminalidade e da violência, e o cenário social pandêmico influenciou diretamente os índices que avaliam a segurança pública do país. Houve alterações dos padrões criminais em quase todos os estados, com aumento (como nos casos de feminicídio e violência doméstica e familiar) ou diminuição nos demais tipos de delitos, a exemplo da taxa de Crimes Violentos Contra o Patrimônio (de agora em diante CVPs) (FBSP, 2022).

CVPs são um indicador estratégico para a área de segurança pública, pois apontam uma dinâmica criminal relacionada à questão econômica de uma determinada localidade. A seleção pelo escrutínio desse delito, portanto, se dá por ser um crime com viés lucrativo, que tem referência com algum valor monetário (BECKER, 1968). Ou seja, CVPs são os delitos identificados como todo tipo de roubo (ato ilícito praticado contra o patrimônio ou bens, exceto latrocínio), extorsão mediante sequestro e furto (subtração do patrimônio de outra

<sup>1</sup>naialy2012@hotmail.com

<sup>2</sup>italo.soares@ufpe.br

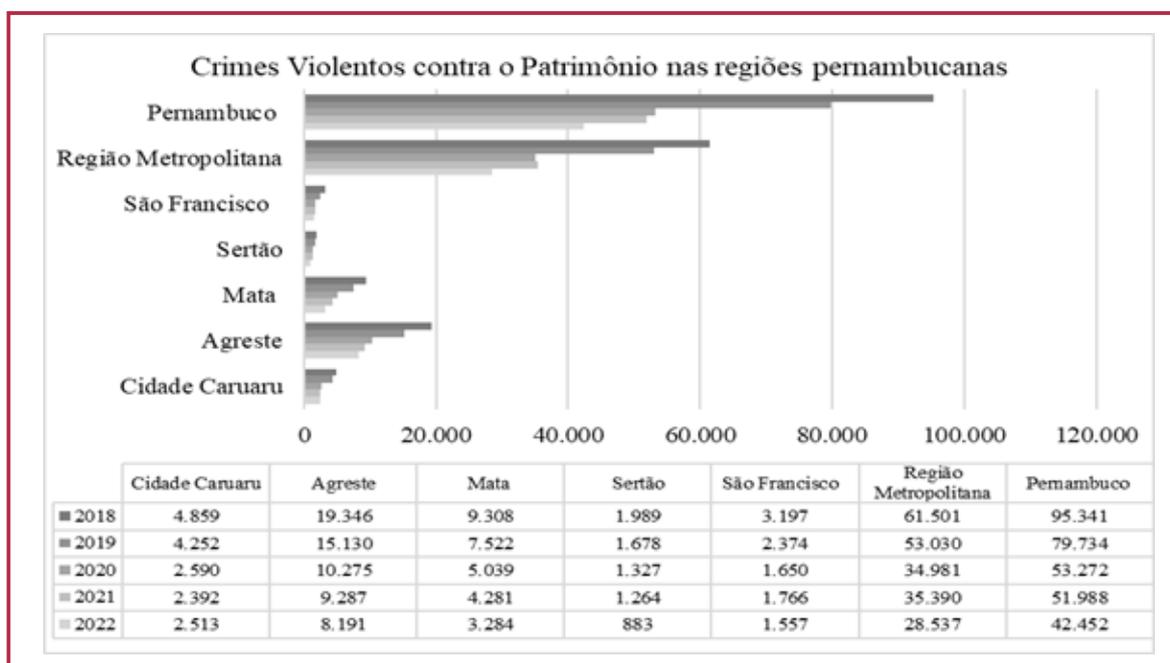
<sup>3</sup>sueli.menelau@ufpe.br

peessoa, sem que haja violência) (SDS-PE, s.d.; TJDFT, s.d.). No que se refere à criminalidade, ainda que alguns dos índices (não restritos apenas ao CPV) venham demonstrando recuo nos últimos anos mesmo antes da pandemia, sugerindo um esforço do poder público em enfrentar o problema, PE tem se mantido constante entre os estados mais violentos (FBSP, 2022).

Especificamente sobre os CVPs, até o ano de 2017 o índice no estado apresentou dados alarmantes que apenas cresciam constantemente desde 2011, quando esses delitos começaram a ser contabilizados em PE (SDS-PE, s.d.). Entretanto, 2018 - dois anos antes da pandemia do COVID-19 emergir - se inicia com um decréscimo importante em relação ao ano anterior para os CVPs em PE, com recuo da taxa em 29,94% (SDS-PE, 2018). A região do Agreste teve papel relevante nesse comportamento, liderando o percentual de redução dos CVPs no estado, com 26,8% a menos de casos desse tipo de delito quando comparados ao ano de 2017 (SDS-PE, 2019). Ao se avaliar os CVPs nos municípios de PE com mais de 50.000 habitantes Pesqueira registrou 63% a menos desses crimes, ocupando a 2ª posição no que se refere a redução da taxa, e Caruaru também apresentou um recuo acentuado reduzindo 34,75% dos CVPs, ambos situados na região do Agreste (SDS-PE, 2019).

No encerramento de 2018, no que se refere ao índice CVPs, PE teve 95.132 casos acumulados no ano, segundo as estatísticas oficiais (SDS-PE, 2019). Entretanto, mesmo com esse resultado, considerando sua população, PE seguiu como um dos 10 estados mais violentos do país em 2018, demonstrando que se sobressaia negativamente em relação ao problema (FBSP, 2019). Ainda assim, houve redução nos CVPs no período pré-pandêmico (2018 e 2019) tanto para Caruaru e para a região do Agreste, quanto para PE como um todo, contudo o que se refletia no estado era um cenário de CVPs preocupante, com custos sociais e econômicos impactantes em sua população. Objetivando traçar a evolução dos CVPs em PE, na região do Agreste e em sua cidade mais populosa - Caruaru, com aproximadamente 3,82% dos residentes de PE em 2021 (IBGE, 2022) -, nos períodos pré-pandêmico, pandêmico (2020 e 2021) e pós-pandêmico (2022 computado até o mês de outubro), desenvolveu-se o Gráfico 1 mostrada em sequência.

**Gráfico 1**  
Evolução dos CVPs na região do Agreste, em Caruaru e em Pernambuco de 2018 a 2022



Fonte: Elaboração própria, a partir de SDS-PE (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).



Analisando tanto o período pré-pandêmico quanto o pandêmico, comprova-se que o índice apresentou estabilidade em sua constante redução da quantidade de ocorrências para Caruaru e para o Agreste pernambucano. Corrobora-se também que o decréscimo de CVPs em relação aos anos de 2018 a 2021 (em PE, na região do Agreste e em Caruaru) sugere que outros elementos que não sejam o isolamento social ocasionado pelo COVID-19 - como políticas públicas de segurança ofensivas ou repressivas mais eficientes - podem estar influenciando a quantidade menor de pessoas vitimadas por esse delito. Isto posto, verifica-se que no cenário pandêmico o indicador estava em uma trajetória de decréscimo nas localidades em tela, mas que no primeiro semestre de 2022 voltou a se elevar em Caruaru (SDS-PE, 2021, 2022).

Por conseguinte, parte desse resultado do índice em Caruaru pode também estar ligado ao investimento orçamentário recente (incrementado a partir de 2020) em segurança pública, assim como ações de prevenção, que conseqüentemente se refletem não apenas nos CPVs mas em todos os índices de criminalidade de PE e região do Agreste (SDS-PE, 2022). Em linhas gerais, pressupõe-se que quanto maiores forem os gastos com segurança pública menores serão as taxas de criminalidade de uma região. Nesse sentido, avulta-se o investimento em segurança pública feito pelo município de Caruaru para além do realizado pelo governo estadual. Ainda assim, parte da diminuição dos CVPs na pandemia do COVID-19 no Agreste e em Caruaru que é vista na Figura 1 pode estar sim relacionada ao isolamento social, já que havia menos oportunidades para os negócios associados à criminalidade na região, pois criminosos consideram seus custos na função de produção do delito (BECKER, 1968).

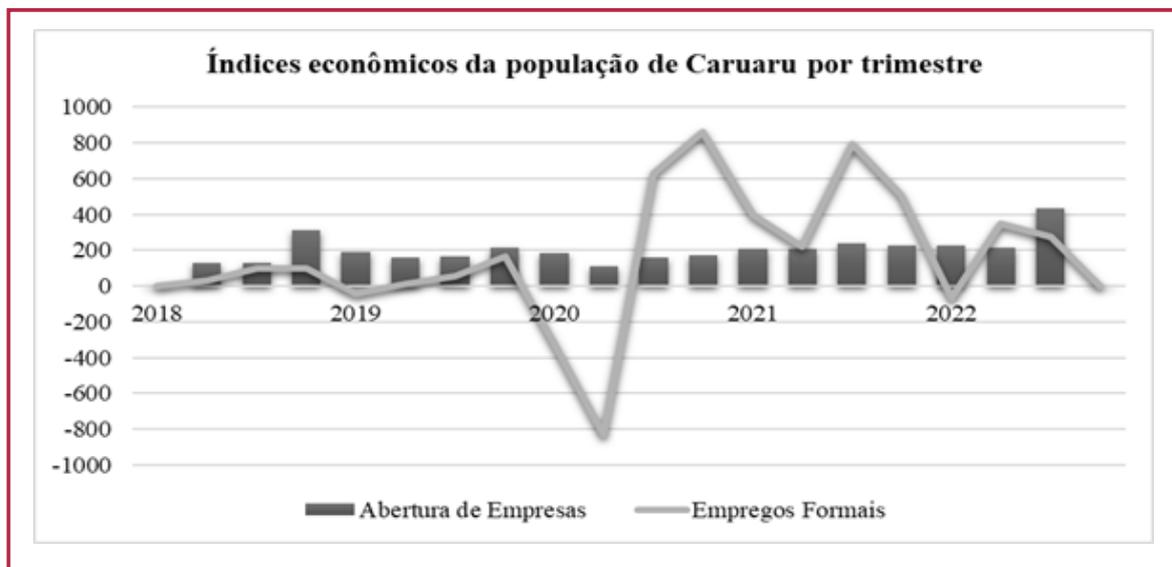
Cabe aqui destacar que quando comparado os CVPs de 2018 aos de 2022 em Caruaru (antes e depois da pandemia), o município não exibiu um resultado alinhado com a repercussão geral do índice na região, pois sua diminuição foi de apenas 39%. E, apesar do crescimento dos CVPs demonstrado no pós-pandemia, pode-se avaliar como positivo o resultado atingido pelo índice até o momento, principalmente ao se enfatizar o Agreste pernambucano como um todo que observa um recuo da taxa de 54% aproximadamente em relação a 2018. Esse efeito de redução de CVPs nessa região deve ser celebrado, uma vez que esses delitos contribuem para reduzir o bem-estar de uma sociedade, aumentam o custo de autoproteção e desestimulam investimentos em uma localidade. Além disso, CVPs empregam recursos governamentais e impactam na oferta de bens e serviços, implicando em mudanças na tomada de decisão de agentes econômicos.

Destaca-se que após a região Metropolitana, a do Agreste é a 2ª localidade em população e importância para PE, na qual residiam aproximadamente 2.469.756 pessoas em 2021 (IBGE, 2022). O Agreste pernambucano é formado por três territórios de desenvolvimento que, por sua vez, contém 72 dos 185 municípios do estado (cerca de 39%) distribuídos em mesorregiões da seguinte forma: 27 na Central, 26 na Meridional e 19 na Setentrional (PERNAMBUCO, 2022). Entre essas três subdivisões do Agreste pernambucano, a estimativa era que no ano de 2021 residiam 14,95% das pessoas em Caruaru (IBGE, 2022). De cima de seus 165 anos de municipalização completados em maio de 2022, em um comparativo realizado apenas com municípios interioranos do Nordeste brasileiro, em 2018 Caruaru ocupou a 3ª posição quanto ao Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2018), sendo, portanto, uma localidade representativa na movimentação da economia de PE.

Nesse sentido, Caruaru emerge com destaque tanto para a região do Agreste quanto para o estado, tendo alcançado o prêmio de cidade mais competitiva de PE durante a pandemia, pelo Ranking de Competitividade dos Municípios (anos 2021 e 2022) promovido pelo Centro de Liderança Pública. Esse feito alcançado pelo município torna-se mais expressivo quando

comparado aos resultados obtidos no Ranking por PE em 2022, que ocupa a 15ª posição de estado mais competitivo. Ainda assim, em sintonia com os resultados do índice CPV, o pilar 'segurança pública' foi apontado como um desafio a ser superado por PE (e Caruaru), estando em 22º lugar entre as demais unidades federativas. A seguir a Figura 2 apresenta dois indicadores sociais-econômicos de Caruaru no período pré-pandêmico, pandêmico e pós-pandêmico, que estudos consideram como influenciadores de criminalidade e violência.

**Gráfico 2**  
Empregos formais e empresas abertas em Caruaru de 2018 a 2022



Fonte: Elaboração própria, a partir de Prefeitura de Caruaru (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

Pode-se observar no Gráfico 2 que no período pré-pandêmico o indicador 'abertura de empresas' em Caruaru manteve um resultado estável, demonstrando um crescimento diferenciado apenas no 3º trimestre de 2019, enquanto que o indicador 'empregos formais' passou por um acentuado declínio entre o 3º trimestre de 2019 ao 1º trimestre de 2020, quando foi decretada a calamidade pública em PE. Ainda no 1º trimestre de 2020 (o 1º do período pandêmico), houve uma diminuição na abertura de empresas em Caruaru. A partir do 2º trimestre de 2020 houve uma recuperação dos empregos formais no município, permanecendo assim até o 3º trimestre de 2021 quando houve, mais uma vez, um recuo nesse índice, mas menos expressivo do que o apontado anteriormente. Mesmo com estratégias governamentais de manter estabelecimentos comerciais físicos fechados ou com redução de pessoas em atendimento, a abertura de empresas em Caruaru demonstrou crescimento constante durante a pandemia, ainda que pouco acentuado, e no 2º semestre de 2022 (pós-pandemia) o índice se sobressaiu positivamente em relação ao desempenho que vinha apresentando até então.

Cabe destacar que a abertura de empresas em uma localidade apresenta relação com o aumento ou a diminuição de delitos, e observa-se que quanto maior o nível de empregos formais de uma população maior será o retorno esperado na atividade ilegal, em face da disponibilidade de recursos que repercutirão no comportamento criminal. Acrescenta-se que o desemprego e a retração econômica podem influenciar a adesão de pessoas em atividades ilegais. Quando se retoma os dados da Figura 1, avalia-se que os incentivos ao aumento dos CVPs devido aos resultados evidenciados na Figura 2 durante a pandemia do COVID-19 não resultou em uma escalada de CVPs no município de Caruaru. Contudo, a elevação drástica de



de abertura de empresas no período pós-pandêmico pode vir a estar contribuindo, entre outras condições, para o aumento dos CVPs no município.

Embora os resultados apresentados nesse texto revelem um cenário da segurança pública da região do Agreste pernambucano e de Caruaru antes, durante e após a pandemia do COVID-19, é preciso analisá-los com cautela, uma vez que no Brasil, como um todo, dados de ocorrências policiais não são precisos por causa das subnotificações. Assoma-se também que as consequências sociais e econômicas, mesmo agora, dos crimes enquadrados no índice CVP sobre uma população não são um consenso. Diante disso, ressalta-se a importância da manutenção da qualidade dos dados estatísticos para o acompanhamento do cenário econômico e da segurança pública, como também da relevância dessas informações para a obtenção do conhecimento necessário para que se possa elaborar políticas públicas na área. Por fim, para além da incidência da pandemia no cenário da segurança pública, cabe destacar que CVPs alimentam a sensação de insegurança e o medo do crime das pessoas, e influenciam na perda de competitividade de uma localidade.

## Referências

Becker, G. S. Crime and punishment: an economic approach. **Political Economy**, v.76, p.169-217, 1968.

Centro de Liderança Pública. **Ranking de competitividade dos estados brasileiros**. Disponível em <https://www.rankingdecompetitividade.org.br/estados>. Acesso em 20 nov. 2022.

Centro de Liderança Pública. **Ranking de competitividade dos municípios**. Disponível em <https://municipios.rankingdecompetitividade.org.br/>. Acesso em 20 nov. 2022.

Prefeitura de Caruaru. **Contexto econômico**. Disponível em: <http://contextoeconomico.caruaru.pe.gov.br>. Último acesso em: 29/11/2022.

Raposo, P. Economia de PE: novo ciclo? 27/10/2022. In: Diário de Pernambuco. **Diário econômico**. Disponível em <https://www.diariodepernambuco.com.br/colunas/diarioeconomico/2022/10/economia-de-pe-novo-ciclo.html>. Acesso em 20 nov. /2022.

Secretaria de Defesa Social de Pernambuco [SDS-PE]. **Crimes violentos contra o patrimônio caem em janeiro de 2018**. Disponível em <https://www.sds.pe.gov.br/noticias/77-geral/10160-crimes-violentos-contr-o-patrimonio-caem-em-janeiro-de-2018>. Acesso em 17 nov. 2022.

Secretaria de Defesa Social de Pernambuco [SDS-PE]. **Estatísticas da criminalidade violenta em Pernambuco 2018**. Disponível em [https://www.sds.pe.gov.br/images/media/1575291924\\_ESTATISTICAS%20DA%20CRIMINALIDADE%20VIOLENTA%20EM%20PERNAMBUCO%202018.pdf](https://www.sds.pe.gov.br/images/media/1575291924_ESTATISTICAS%20DA%20CRIMINALIDADE%20VIOLENTA%20EM%20PERNAMBUCO%202018.pdf). Acesso em 17 nov. 2022.



Secretaria de Defesa Social de Pernambuco [SDS-PE]. **Crimes contra o patrimônio.** Disponível em <https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/40-estatisticas/177-crimes-violentos-contra-o-patrimonio>. Acesso em 17 nov. 2022.

Secretaria de Saúde de Pernambuco [SES]. **Pernambuco contra a COVID-19.** Disponível em <https://www.pecontracoronavirus.pe.gov.br/>. Acesso em 17 nov. 2022.

Soares, A. **Governo do Estado de Pernambuco - Estatísticas.** Disponível em <https://www.sds.pe.gov.br/estatisticas/40-estatisticas/177-crimes-violentos-contra-o-patrimonio>. Último acesso em: 24/11/2022.

Sogo, E. **Lei orçamentária anual – LOA 2018.** Disponível em <https://caruaru.pe.gov.br/loa-2018-leis-orcamentarias-anuais/>. Acesso em 28 nov. 2022.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios [TJDFT]. **Edição semanal.** Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal>. Acesso em 20 nov. 2022.



# Recuperação da Produção Agropecuária no Agreste Pernambucano: Perspectivas e Desafios

Natalício José de Oliveira (Graduando em Economia no CAA/UFPE)<sup>1</sup>  
Marcio Miceli Maciel de Sousa (Professor de Economia da UFPE-CAA)<sup>2</sup>  
Cynthia Xavier de Carvalho (Professora de Economia da UFPE-CAA)<sup>3</sup>

## Contexto geral

A pandemia da Covid-19 trouxe reflexos negativos no desenvolvimento da agropecuária no Agreste de Pernambuco tanto pelo lado da oferta como da demanda. A desestruturação das cadeias de produção, fruto das necessárias políticas de distanciamento social e lockdown, geraram escassez de alguns itens, elevando o preço de grande parte dos insumos, repercutindo assim, em uma expansão dos custos de produção. Foram situações comuns, ainda, o estreitamento dos canais de comercialização e uma retração do funcionamento do mercado institucional, causado em especial, pelo fechamento das escolas.

As mudanças ocorridas no meio rural promovidas por um choque exógeno deram cores a um cenário de incerteza, impondo aos agricultores grandes desafios em uma possível retomada. O bom comportamento dos índices pluviométricos nos anos de 2021 e 2022 melhoraram as perspectivas de futuro, trazendo um impulso ao setor, associado ao enfrentamento de velhos problemas que limitam o desenvolvimento das atividades primárias na região. Os tópicos a seguir ilustram a situação para o contexto da pecuária e agricultura.

## Pecuária

O Gráfico 1 mostra uma expansão em três dos quatro efetivos dos rebanhos no período 2020-2021, com destaque para o comportamento da bovinocultura de corte. Movimento semelhante, mas de menor intensidade, se viu com os rebanhos caprinos e ovinos. problema, PE tem se mantido constante entre os estados mais violentos (FBSP, 2022).

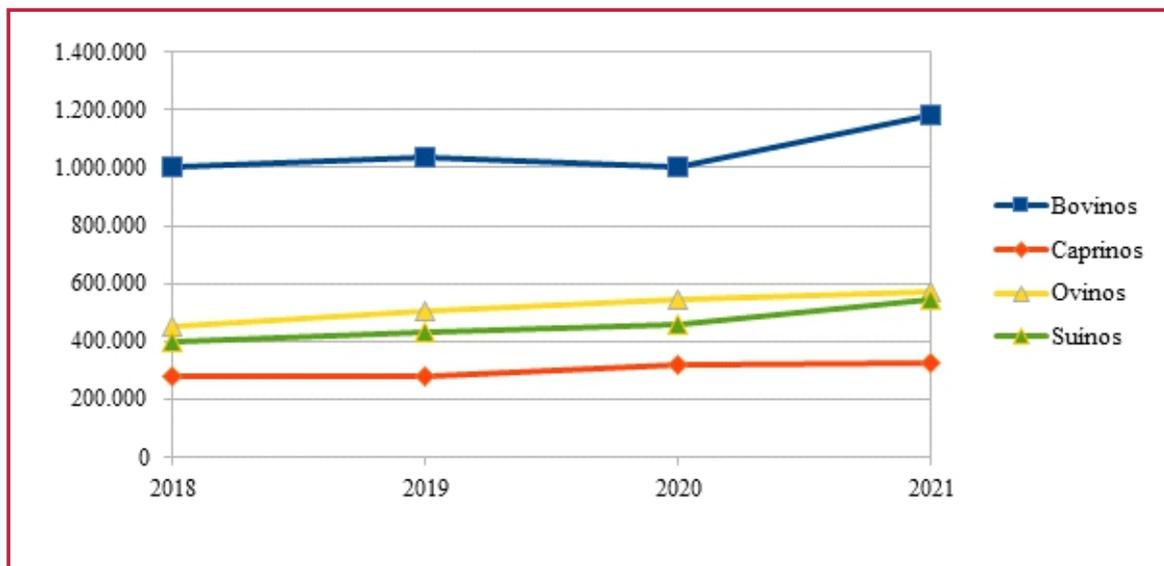
<sup>1</sup>natalicio.oliveiraneto@ufpe.br

<sup>2</sup>marcio.miceli@ufpe.br

<sup>3</sup>cynthia.carvalho@ufpe.br

**Gráfico 1**

Efetivo dos rebanhos de bovinos, caprinos, ovinos e suínos no Agreste Pernambucano entre os anos de 2018 e 2021



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE/Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM (2022).

As chuvas em quantidade e bem distribuídas nos anos 2021 e 2022 elevaram a quantidade de volumoso disponível, como também contribuíram para o melhoramento das pastagens. No tocante ao concentrado: ração, farelo de soja, milho, farelo de trigo, torta de algodão entre outros, os preços ainda se encontram bem elevados quando comparados ao patamar anterior a pandemia o que dificulta o desenvolvimento e melhor capitalização das atividades pecuárias.

Importantes feiras de animais do Agreste como a de Caruaru e Cachoeirinha, aos poucos vão retomando o seu dinamismo, mas é fato que os preços dos animais ainda são muito elevados, como consequência das fortes pressões inflacionárias dos últimos meses.

Neste importante canal de comercialização, geralmente, os animais são vendidos “em pé” sem a presença de uma balança. O peso do animal é discutido e negociado entre o vendedor e o comprador a “olho nu”, configurando-se em uma transação de baixo valor agregado (Sousa, 2016). Quando se comparam os preços dos animais vivos antes e depois da pandemia verifica-se um aumento de quase 70% hoje.

No tocante as políticas públicas, observou-se um desmonte por parte do Governo Federal de importantes vetores do desenvolvimento rural como o Programa Um Milhão de Cisternas, bem como a redução de verbas direcionadas ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, fundamentais para a manutenção da agricultura familiar, em especial, dos produtores mais vulneráveis.

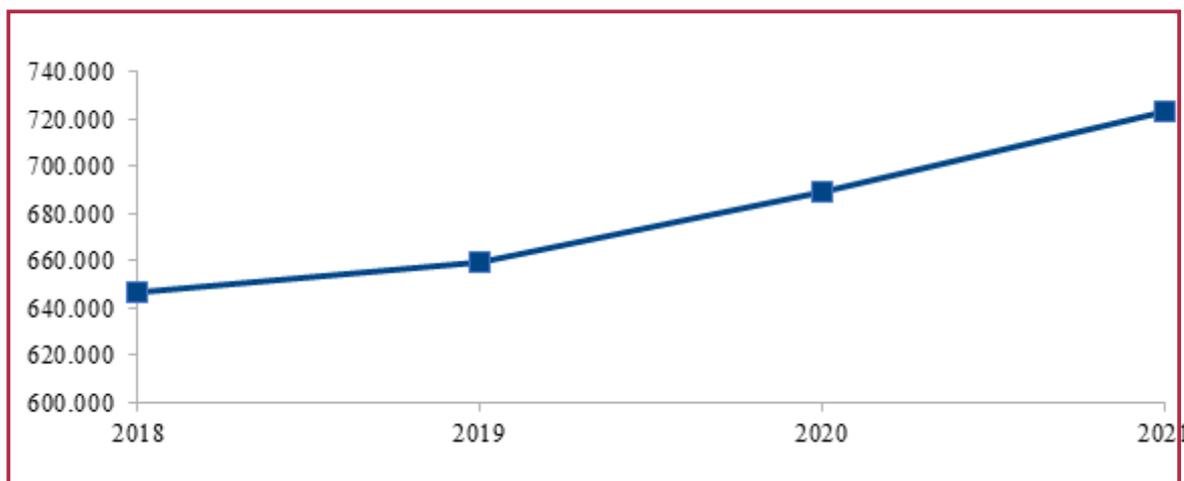
O esvaziamento das políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural foi pensado para auxiliar na expansão do Auxílio-Brasil, Auxílio-Gás, além da criação de auxílios a caminhoneiros e taxistas por conta do aumento do preço dos combustíveis, viabilizada pela Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/22, de caráter eleitoreiro e populista.

## Agricultura

O Gráfico 2 mostra uma expansão das lavouras permanentes e temporárias no período analisado, muito influenciado pela melhoria dos índices pluviométricos.

**Gráfico 2**

Produção agrícola das lavouras permanentes e temporárias em toneladas no Agreste Pernambucano entre os anos de 2018 e 2021



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE, Produção Agrícola Municipal (2022).

Assim como no caso da pecuária, a elevação no preço dos insumos vem comprometendo a rentabilidade das atividades agrícolas, bem como o esvaziamento do orçamento de políticas de fomento da assistência técnica, extensão rural e crédito agrícola.

Os cortes nos orçamentos das instituições estaduais que dão suporte ao desenvolvimento rural, motivada pela grande alocação de recursos em saúde pública, especialmente para o enfrentamento da pandemia, apresenta-se como um importante gargalo para uma melhor performance destas atividades primárias.

A pequena integração entre as instituições dificulta o surgimento de pontes de cooperação, mesmo quando se reconhece a importância da participação conjunta dos atores para suprir a escassez de recursos humanos e a promoção do desenvolvimento local.



## Referências

IBGE. **Pesquisa da Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: 2018-2021.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=de>. Acesso em 10 dez. 2022.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: 2018-2021.** Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>. Acesso em 10 dez. 2022.

Sousa, M. M. M. **Sistemas de Produção da caprino-ovinocultura no Semiárido Pernambucano: Entraves e Propostas de Desenvolvimento.** Tese de Doutorado. PPGE-UFF. Niterói, 2016.



# Impactos da Covid-19 para o Setor Primário: Índia e Brasil

Rafael Gomes Gonçalves (Graduando em Economia no CAA/UFPE)<sup>1</sup>

V. Henry Arokia Raj (Institute of Rural Management Anand)<sup>2</sup>

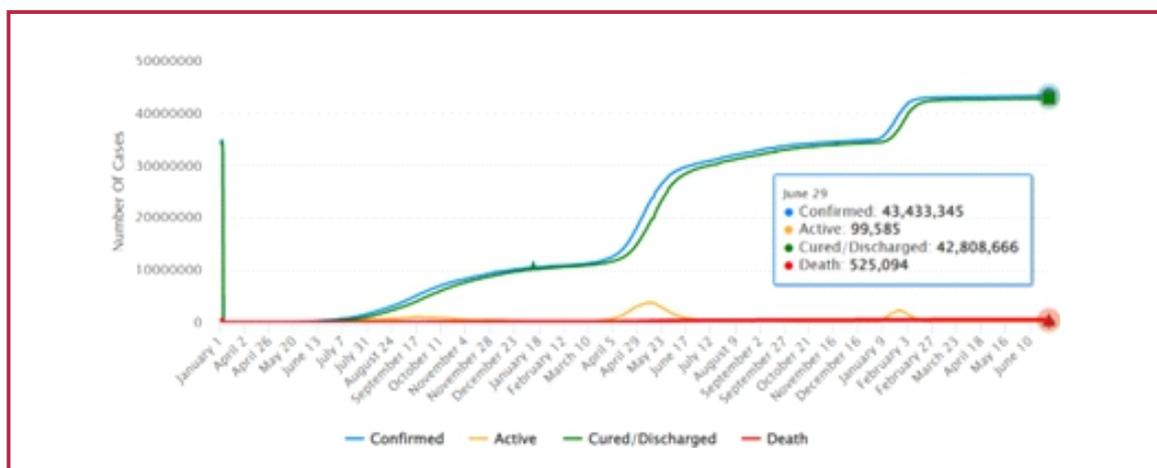
Cynthia Xavier de Carvalho (Doutora em Economia. Professora do NG/CAA/UFPE)<sup>3</sup>

## Casos de Covid-19 – Índia e Brasil

A Covid-19 foi reportada na Índia em 30 de janeiro de 2020, tendo até agora, 44,7 milhões de casos e 531 mil mortes (aproximadamente 0,04% da população e 1,2% dos casos), apresentando cerca de 70% de cobertura vacinal. No caso do Brasil, a pandemia teve início em 26 de fevereiro de 2020, totalizando até agora 35,1 milhões de casos e quase 700 mil mortes (em torno de 0,32% da população e 2% dos casos), com 81,7% da população vacinada (News Google, 2022). As Figuras 1 e 2 demonstram um pouco dessa trajetória para os dois países.

**Figura 1**

Número acumulado de casos de Covid-19 na Índia



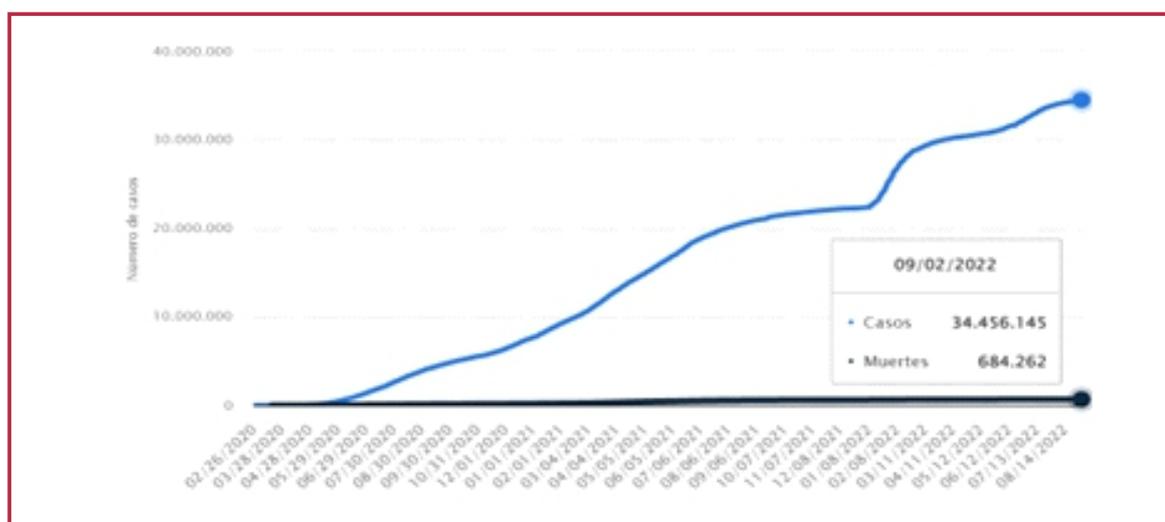
Fonte: PRSINDIA (2022).

<sup>1</sup>rafael.gsilva2@ufpe.br

<sup>2</sup>henryarokia0809@gmail.com

<sup>3</sup>cynthia.carvalho@ufpe.br

**Figura 2**  
Número acumulado de casos de Covid-19 no Brasil



Fonte: Estatística (2022).

### Impactos da Covid-19 para o Setor Primário: o caso da agricultura familiar no Brasil

Para o Brasil, o segmento do setor primário mais afetado pela Covid-19 foi a agricultura familiar. Caracterizado pela gestão familiar da produção, dentre outros aspectos contidos no Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (Brasil, 2017), os estabelecimentos da agricultura familiar representam 77% do total de estabelecimentos agropecuários do país, 23% da área total, sendo responsável por 23% da produção agrícola nacional e pela ocupação de 10,1 milhões de pessoas (67% do total de pessoas ocupadas pelo setor no Brasil) (IBGE, 2017).

Com foco eminentemente no mercado interno, medidas diante da crise sanitária, como fechamento de restaurantes populares, escolas públicas e feiras, impactaram fortemente esse setor, dificultando o escoamento da produção. Isso porque dentre os principais meios para escoar os produtos da agricultura e pecuária tem-se a venda nas feiras livres e os mercados institucionais. Para este último destaca-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), afetado pelo fechamento das escolas. Esses aspectos contribuíram para o aumento da vulnerabilidade social e redução da renda dos produtores, como comentado por Nepomoceno (2021).

No contexto dos mercados locais, tem-se exemplos destacados a seguir, com base em dados obtidos em conversas informais com agricultores, população e estudantes residentes no Agreste de Pernambuco, já exploradas em publicações anteriores dos boletins para o Corecon-PE. O Município de Sanharó, cortado pela principal via de acesso ao interior do estado (BR 232), é o principal ponto de venda de laticínios. No início da Pandemia, com o fechamento do comércio, os agricultores não conseguiam escoar adequadamente a produção. Para evitar perdas maiores foram realizadas doações ou vendas abaixo do custo. Nesse período também aumentaram os problemas dos produtores relacionado ao aumento dos custos de produção (para compra de ração, remédios, entre outros), devido à alta do dólar. Em Belo Jardim, com as feiras fechadas, os pecuaristas não conseguiam vender os animais, além da dificuldade de encontrar ração adequada. O município de Gravatá, maior produtor de flores do Norte e Nordeste, teve uma redução drástica na produção devido ao impedimento de festas e comercialização em feiras. Ainda em Gravatá, mas também em



feira Nova, houve relatos de agricultores sobre a perda de empregos não agrícolas, importante complemento de renda para os agricultores familiares.

Os agricultores familiares são importantes atores para o abastecimento alimentar da população brasileira. A pandemia, em suas fases mais agudas, afetou as vendas do segmento, mas ao mesmo tempo proporcionou oportunidade e necessidade de se buscar mercados alternativos, que até então estavam fracamente explorados, como as vendas através de redes sociais.

## **Impactos da Covid-19 para o Setor Primário: o caso dos trabalhadores migrantes na Índia**

Na Índia, embora a parcela percentual da população rural esteja diminuindo em comparação com a população urbana, ela ainda é uma maioria significativa da população total em 2018 (66,04%). Segundo Shylendra (2018), para cerca de 70% dos agricultores no país, que possuem menos de 1 ha, a emigração surgiu como estratégia de subsistência, com o deslocamento rural-urbano ocorrendo em um cenário de aumento da importância da economia não-agrícola.

Esse cenário de migração se reverte em abril de 2020, quando a quantidade de casos do Coronavírus na Índia chegou a 04 dígitos. Nesse período, o governo impôs o lockdown, com duras medidas de controle de mobilidade da população. Economicamente essa medida provocou uma contração de 24,4% do PIB no segundo trimestre de 2020, só melhorando no terceiro semestre após respostas políticas a esse impacto, mas colocando cerca de 400 milhões de pessoas em risco de cair na pobreza à época. Os mais afetados foram os trabalhadores migrantes, em sua maioria alocados no mercado informal (Singh, 2022).

De acordo com Sarkar (2022), a contribuição do setor primário na Renda Nacional tem diminuído constantemente. Embora a agricultura ainda envolva um número grande de trabalhadores (42,39% entre os anos 2018-2019), parcela da mão-de-obra adicional tem deixado o setor para procurar meios de subsistência no setor primário e secundário nas áreas urbanas do país. A quantidade de trabalhadores no setor secundário, por exemplo, aumentou de 21,18% em 2009, para 25,58% em 2019. Estes trabalhadores migrantes ganham apenas o suficiente para subsistir.

Com o bloqueio dos meios de transportes e medidas de controle de mobilidade, esses se viram sem os seus meios de vida de uma hora para outra. Embora tenham obtido permissão para retorno aos seus locais/estados de origem na última semana de abril de 2020, apenas na primeira semana de junho de 2020 foram arranjados trens especiais para transporte, numa iniciativa apontada como consideravelmente atrasada, quando cerca de meio milhão de pessoas já tinham iniciado sua jornada caminhando ou pedalando. Muitos vieram a falecer durante o trajeto e muitos lugares de origem de não permitiram a entrada desses migrantes, com receio da pandemia. Isso gerou além de uma crise econômica, uma crise social sem precedentes (Singh, 2022). Conforme exposto por Sarkar (2022), o bloqueio induzido pela Covid-19 levou à migração reversa de 10 milhões de trabalhadores.

## **Considerações Adicionais**

Esses aspectos aqui sintetizados servem para evidenciar a necessidade de políticas públicas voltadas para o segmento mais vulnerável do setor primário nessas duas nações. No caso do Brasil, o período da pandemia coincidiu com a fase de ruptura política marcada pelo avanço de medidas de caráter neoliberais que resultaram em cortes de recursos para o setor, ainda

não superadas. Esse aspecto diverge um pouco quando comparado com a situação do setor primário na Índia. A diversidade setorial da economia indiana permitiu conter rapidamente a taxa de crescimento negativa e recuperar o nível pré-pandêmico. A economia indiana testemunhou uma recuperação em forma de V, onde as principais contribuições vieram do setor de TI, saúde e agricultura. A migração reversa induzida pela pandemia ajudou o setor agrícola a aumentar o nível de produção e, assim, permitir que o governo adquirisse os produtos, maximizasse as exportações e racionasse bens no sistema público de distribuição para a população afetada. A migração reversa induzida pela pandemia veio como uma “bênção disfarçada”, pois o setor testemunhou o retorno de muitos trabalhadores desorganizados que trabalhavam em áreas urbanas às fazendas agrícolas. Mas é importante sublinhar que essas benesses não necessariamente vieram com a melhoria das condições de trabalho na agricultura. Entendendo a importância do setor primário durante o “apocalipse” gerado pela pandemia, o governo deve ter grande interesse em melhorar as condições de trabalho do setor, especialmente para os pequenos e médios agricultores e mão de obra agrícola.

## Referências

Brasil. Decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017. Brasília, 31 de maio de 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9064.htm). Acesso em 12 set. 2020.

Estadísticas. Disponível em <https://es.statista.com/estadisticas/1109781/numero-casos-muertes-covid-19-brasil/>. Acesso em 29 nov. 2022.

IBGE/Censo Agropecuário 2017. Resultados definitivos. Disponível em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/pdf/agricultura\\_familiar.pdf](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/agricultura_familiar.pdf). Acesso em 12 set. 2020.

Nepomoceno, T. A. R. Efeitos da pandemia de Covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 86 – 96, 2021. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/461>. Acesso em: 13 dez. 2022.

News Google. Disponível <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&mid=%2Fm%2F03rk0&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em 29 nov. 2022.

PRSINDIA. Disponível em <https://prsindia.org/covid-19/cases>. Acesso em 29 nov. 2022.

Sarkar, K. Plight of Migrant Informal Workers in India in the Context of Covid-19 and Inadequacy of Existing Labour Legislations. In De Indranil; Chattopadhyay, S; Nathan, H. S. K; Sarkar, K (Editors). **Covid-19 pandemic, public policy, and institutions in India issues of labour, income, and human development**. Routledge, 2022.

Singh, S. Policy Response to Pandemic COVID-19 SOPs and Guidelines. In De Indranil; Chattopadhyay, S; Nathan, H. S. K; Sarkar, K (Editors). **Covid-19 pandemic, public policy, and institutions in India issues of labour, income, and human development**. Routledge, 2022.

Shylendra, H. S. (2018). Land acquisition. Need for a more progressive discourse. **Economic & Political Weekly**, 53(5).



É de inteira responsabilidade do(s) autor(es) desta edição do Boletim os conceitos e opiniões emitidos, não refletindo necessariamente a opinião da Comissão de Estudos Econômicos e do Conselho Editorial do Observatório Econômico do Corecon-PE.



**Presidente:** André Lima de Morais

**Vice-Presidente:** Poema Isis Andrade de Souza

**Conselheiros Efetivos:** Ademir Pedro Vilaça Junior  
André Lima de Morais  
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá  
Keynis Cândido de Souto  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Poema Isis Andrade de Souza  
Priscila Michelle Rodrigues Freitas  
Rafael Ramos da Conceição Moura

**Conselheiros Suplentes:** Adelson Santos da Silva  
Fábio José Ferreira da Silva  
José Farias Gomes Filho  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Paulo Roberto de Magalhães Guedes  
Rosiane Ferreira de Andrade  
Sandro Virgílio Prado Ribeiro  
Severino Ferreira da Silva

**Conselheiro Federal:** Fernando de Aquino Fonseca Neto

**Conselheira Federal Suplente:** Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

**Gerente Executiva:** Rayssa Kelly Melo das Mercês

**Comitê Editorial:** André Lima de Morais  
Fábio José Ferreira da Silva  
Keynis Cândido de Souto  
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima  
Monaliza de Oliveira Ferreira  
Poema Isis Andrade de Souza  
Rafael Ramos da Conceição Moura

**Projeto Gráfico:** Priscila Correia de Moura

**Correspondência:** Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.  
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.  
CEP: 50.050-400  
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br  
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre  
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe